



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GÉSSICA MARIA MARINHO DA SILVA

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE
ENSINO SUPERIOR SOBRE OS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA E O
CONTROLE SOCIAL**

**JOÃO PESSOA
2016**

GÉSSICA MARIA MARINHO DA SILVA

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE
ENSINO SUPERIOR SOBRE OS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA E O
CONTROLE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis, do Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador(a) Prof.^a Esp.: Carla Janaina
Ferreira Nobre

**JOÃO PESSOA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586a Silva, Gêssica Maria Marinho da.
Análise da percepção dos discentes de uma instituição de ensino superior sobre os portais de transparência e o controle social / Gêssica Maria Marinho da Silva. – João Pessoa, 2016.

44 f.: il.

Orientador: Prof.^a Esp.: Carla Janaina Ferreira Nobre.
Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Gastos públicos. 2. Portal de transparência. 3. Controle social. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

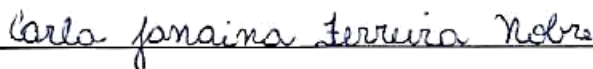
CDU: 657(043.2)

GÉSSICA MARIA MARINHO DA SILVA

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE
ENSINO SUPERIOR SOBRE OS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA E O
CONTROLE SOCIAL**

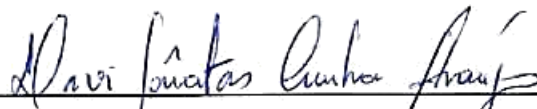
Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovado em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Professora Esp. Carla Janaina Ferreira Nobre

Instituição: UFPB



Membro: Professor Me. Davi Jonatas Cunha Araujo

Instituição: UFPB



Membro: Professor Me. Marcelo Pinheiro de Lucena

Instituição: UFPB

João Pessoa, 10 de Novembro de 2016.

Dedico com todo amor ao meu Bom Deus, pois sem Ele nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o verdadeiro motivo da minha existência e de tudo se tornar possível na minha vida. Em segundo lugar, quero agradecer a minha Mãezinha do céu, Maria Santíssima, fiel intercessora da minha vida sempre.

Agradeço aos meus pais amados, Ana Lúcia e Sérgio Luiz, que são minha base, estão sempre comigo me incentivando e apoiando em tudo. A minha família, por tudo que representa na minha vida.

Agradeço muito ao meu noivo amado, Manoel Justino, por todo apoio, incentivo, paciência e por estar sempre ao meu lado, um verdadeiro cuidado de Deus comigo através dele. Agradeço também pelo apoio fundamental da sua família.

A minha amiga Lígia Gerônimo, presente de Deus através desse curso, que sempre me ajudou. Aos meus queridos companheiros de curso, que foram essenciais ao longo desses anos.

Aos meus professores, que passaram seus conhecimentos contribuindo para o meu aprendizado, e claro, em especial a professora Carla Janaína, que me orientou nesse trabalho de conclusão de maneira brilhante, eu não poderia ter tido uma orientadora melhor, foi uma luz de Deus no meu caminho.

Por fim, quero agradecer a todos da Universidade Federal da Paraíba que de alguma maneira me ajudaram.

RESUMO

A transparência e a facilidade de acesso a informação tem sido medidas relevantes para ajudar a sociedade no controle e acompanhamento dos gastos públicos. Diante disto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a relação dos portais de transparência com o controle social sob a percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba. O estudo é de caráter descritivo e para se chegar ao objetivo da pesquisa, foi aplicado um questionário com os discentes do curso de contabilidade buscando avaliar o conhecimento acerca do portal de transparência, quanto ao uso das informações disponibilizadas nos portais e se essas informações são importantes para exercer o controle social. Do universo de 791 alunos com matrícula ativa no curso, 321 alunos participaram efetivamente da pesquisa. A partir da análise dos dados chegou ao resultado que mesmo a maioria dos discentes terem conhecimento acerca do portal de transparência e da finalidade do controle social, fazem pouco uso das informações disponibilizadas e se consideram pouco participativo no controle social.

Palavras-chave: Gastos Públicos; Portal de Transparência; Controle Social.

ABSTRACT

Transparency and ease of access to information has been relevant measures to help society in the control and monitoring of public spending. Before that, the present research had as a objective analyze at relationship of transparency portals to social control over the perception of students of Accounting of the Federal University of Paraíba. The research is descriptive and to arrive at goal a questionnaire was applied to accounting course students seeking to assess the knowledge of the transparency portal, as to use of the information available on the portals and that information is important to exercise social control. From 791 students with active registry in the course, 321 students effectively participate as the research. From the data analysis came to the result that even the majority of students have knowledge about the portal of transparency and purpose of social control, make little use of the information provided and consider little participation in social control.

Keywords: Public spending; Transparency Portal; Social Control.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem dos alunos cursando contabilidade – UFPB.....	29
Gráfico 2: O curso de Ciências Contábeis ajuda na compreensão sobre o portal de transparência?.....	31

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Estudos realizados anteriormente sobre a transparência e o controle social.....	24
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos respondentes.....	28
Tabela 2: Percepção sobre o controle social e o portal de transparência.....	30
Tabela 3: Percepção dos alunos sobre a finalidade do controle social.....	32
Tabela 4: Percepção dos alunos sobre a forma de exercer o controle social.....	32
Tabela 5: Opinião dos alunos sobre o objetivo do portal de transparência.....	33
Tabela 6: Utilidade das informações.....	34
Tabela 7: Questões sobre transparência.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGU – Controladoria Geral da União

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

LT – Lei da Transparência

LAI – Lei de Acesso à Informação

RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Caracterização do Problema	13
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivo Específico.....	13
1.3 Justificativa.....	14
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
2.1 Teoria da Legitimidade.....	15
2.2 Transparência Pública.....	16
2.2.1 Legislações Aplicadas à Transparência.....	17
2.2.2 <i>Accountability</i> no Setor Público.....	19
2.2.3 Portais de Transparência.....	20
2.3 Controle Social.....	21
2.4 Estudos Anteriores.....	22
3 METODOLOGIA.....	25
3.1 Tipologia de Pesquisa.....	25
3.2 Procedimentos Metodológicos.....	25
3.3 População e Amostra.....	26
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	27
4.1 Perfil dos respondentes.....	27
4.2 Resultados encontrados sobre controle social e transparência pública...	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE.....	41
Apêndice A: Questionário aplicado aos discentes do curso de ciências contábeis.....	41

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, conforme a Controladoria Geral da União (CGU), a exigência por maior transparência tem crescido cada vez mais. Para o fortalecimento e melhoria da gestão pública, o aumento da transparência e do acesso à informação, é considerado medida indispensável. Isso pode ser justificado pelos vários casos de corrupção que são visualizados constantemente, pelo descaso com a população em vários sentidos, como a aplicação da arrecadação tributária. Portanto, é importante que a sociedade busque estar informada sobre a gestão pública. Neste sentido, a participação da sociedade no sentido de acompanhar e fiscalizar os gastos no setor público recebe a denominação de controle social (CGU, 2012).

Pensando numa forma dessas informações chegarem até a população, foi lançado pela CGU, em 2004, o Portal de Transparência do Governo Federal, com o objetivo de assegurar a correta e boa aplicação dos recursos públicos, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado (CGU, 2012). Outros órgãos públicos, estados e municípios também adotaram formas de calcular a transparência das localidades, de modo a mostrar para a população a destinação do dinheiro público e o andamento da administração pública.

No que se refere à transparência pública, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, diz que os órgãos públicos devem disponibilizar as informações a todos os cidadãos, pois os mesmos têm direito de recebê-las para seus interesses particulares, coletivos e geral, com exceção daquelas cujo sigilo seja necessário à segurança da sociedade e do Estado. Martins e Véspoli (2013) ressaltam que o tema vem crescendo e ganhando relevância de forma que as pessoas passam a entender a importância de participar de forma ativa no modo como os administradores aplicam os recursos públicos, sempre acompanhando e fiscalizando. A partir da publicação da Constituição de 1988, foram implementados instrumentos legais que se referem ao acesso às informações públicas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei da Transparência (LT) e a Lei de Acesso à informação (LAI).

Evangelista (2010) destaca ainda que para maior parte das solicitações da sociedade, a fundamental fonte de informações é feita por intermédio de demonstrativos contábeis, estudados pela Contabilidade Governamental aplicável ao setor público, nesse contexto, cabe ressaltar sua importância, a qual a lei 4.320/64,

em seu artigo 83 diz que a contabilidade evidencie perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados. Dessa forma, percebe-se a relevância do papel da contabilidade pública diante da sociedade, a demonstração dos atos e fatos relacionados à gestão pública pertence a mesma, de forma que seja evidenciada e acessível a toda população as ações governamentais (MENDES; OLEIRO; QUINTANA, 2008).

1.1 Caracterização do Problema

Diante do contexto apresentado, tendo como foco os estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pertencentes ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), estabelece-se o seguinte problema desta pesquisa: **Qual a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba sobre os portais de transparência e o controle social?**

1.2 Objetivos

Pretende-se com essa pesquisa, alcançar um objetivo que consiga responder à indagação pretendida como forma de conhecimentos no contexto geral dos alunos de ciências contábeis, tão envolvidos nas políticas públicas econômicas e eficácia do seu controle social. Diante o exposto pretende-se atingir os seguintes objetivos a serem examinados em toda extensão do trabalho.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba sobre os portais de transparência e o controle social.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, faz-se necessário explorar alguns tópicos, a saber, os objetivos específicos que compõe esse estudo, os quais são:

- a) Identificar o nível de conhecimento dos estudantes de ciências contábeis sobre o portal de transparência
- b) Identificar o nível de conhecimento dos estudantes de ciências contábeis sobre o controle social
- c) Verificar a compreensão dos estudantes sobre as informações fornecidas pelo portal de transparência e o controle social.

1.3 Justificativa

O presente trabalho procura contribuir com os estudos sobre controle social e como os alunos observam a melhoria desse controle a partir da utilização dos portais de transparência. Levando em consideração que a população vem procurando se informar sobre o destino dos recursos públicos, e como estes estão sendo aplicados, de forma a interagir e contribuir de forma significativa para que seus direitos e interesses sejam atendidos.

Martins e Véspoli (2013) comprovaram que existe quase que uma unanimidade à respeito da importância do Portal da Transparência e suas implicações para o desenvolvimento e a cidadania. Assim, como Hosser (2015) destacou que há muitas oportunidades de melhoria nos Portais de Transparência nos municípios.

Nesse contexto, o aprofundamento nesse tema apresenta relevância, pois contribui de forma positiva na compreensão do auxílio dos portais de transparência para a sociedade, permitindo o exercício do controle social de forma a trazer benefícios para a população.

Desta forma, permitirá observar como os portais de transparências podem ser úteis no que diz respeito à intervenção da sociedade em defender seus direitos e interesses coletivos.

Ou seja, o presente estudo buscar analisar a forma como os portais auxiliam o controle social, observados pela ótica dos estudantes do curso superior de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Serão abordadas literaturas relacionadas com a transparência, que se tornam necessárias para embasamento e entendimento do presente estudo, sendo disposto pelos temas: teoria da legitimidade, transparência pública e suas legislações, *accountability* no setor público, portais de transparência e controle social.

2.1 Teoria da Legitimidade

No que se refere à Teoria da Legitimidade é importante destacar o conceito trazido por Filho (2007), em que é abordado que entre as organizações e a sociedade existe um tipo de “contrato social”, ou seja, existem várias expectativas claras ou não sobre a forma como os membros da organização devem operar, isto é, a teoria da legitimidade parte da ideia de que para ser apontada como legítima ou adequada, uma organização pressupõe estar conforme as normas e valores da sociedade que estão incorporadas.

Diante disto, Bauren e Sothe (2009) comentam que a entidade precisa realizar suas atividades de acordo com o que a sociedade espera para não haver ampliação dos níveis de evidenciação e aumento do custo político. Tendo-se como exemplo o setor público, que é mais sensível a questões políticas, onde a administração pública busca gerir os recursos de modo que esteja satisfazendo as necessidades sociais da população, como saúde, educação e etc., ou seja, o gestor deve cumprir as leis, ser um bom gestor, estando atento em quais locais os recursos devem ser injetados com maior necessidade.

Diante deste contexto, em que os administradores públicos precisam satisfazer as necessidades da sociedade e esta tenha conhecimento de como esses recursos são investidos, Herranz (2007) ressalta que a transparência e a comunicação estão se transformando em princípios necessários para a prestação de contas ganhar confiabilidade, credibilidade e não perder a reputação que lhe é adquirida.

Kaplan e Ruland (1991) completam que a busca de aprovação a partir de grupos da sociedade pode ser entendida como um processo de legitimação, o qual pode ser fundamental para garantir a organização uma existência contínua.

Bauren e Sothe (2009) ressaltam ainda que para atender as solicitações dos órgãos fiscalizadores e permitir que a população acompanhe os resultados da gestão, a entidade pública evidencia as informações contábeis, não só as compulsórias, como também de forma voluntária, de modo a ampliar ou recuperar a legitimidade de suas ações e minimizar o custo político.

No sentido de haver um contrato social entre as organizações e a sociedade, observa-se que as entidades buscam desenvolver suas atividades conforme as perspectivas sociais, para assim demonstrar consistência entre suas atividades e expectativa da sociedade (ARAÚJO, LAGIOIA e MIRANDA, 2014).

2.2 Transparência Pública

A administração pública tem como um dos seus objetivos principais o incentivo à transparência pública. A divulgação vasta a respeito das atitudes do governo aos brasileiros traz muitas vantagens, como o fortalecimento da cidadania, também contempla e amplia as noções de cidadania (CGU, 2012). E na Constituição de 1988, encontra-se no art. 37 que a “Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”.

Dessa forma, Evangelista (2010) ressalta que para o exercício da cidadania, o acesso à informação tornou-se indispensável. Ficando claro que uma administração transparente contribui para uma boa relação Governo-Sociedade e traz vantagens significativas para todos.

Cruz *et al.* (2010) destaca que há uma diferença entre transparência e publicidade, ou seja, para dar publicidade as informações é preciso que as mesmas sejam capazes de expressar seu real sentido, de forma clara e que não aparentem ser enganosas. Arengo e Diehl (2011) citam também que as publicações precisam alcançar o maior número possível de pessoas para favorecer o controle social, apenas as publicações não são suficientes, é preciso que sejam dispostas de forma clara para aqueles que têm interesse consigam compreender as informações disponíveis.

Pode-se então concluir, conforme Figueiredo e Santos (2014), que a partir da transparência o cidadão possa acompanhar melhor a gestão pública, fiscalizando

as ações dos seus representantes de modo a contribuir para o crescimento da cidadania. E assim, reduzir os desvios de verbas e garantir a correta aplicação dos recursos promovendo benefícios para toda a sociedade.

2.2.1 Legislações Aplicadas à Transparência

Na Constituição Federal (1988) está previsto como direito de todos a transparência e o acesso a informação. Assim também, como está previsto em outros instrumentos legais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação, nos quais dispõem que as entidades públicas estão obrigadas a publicar os relatórios que constam a forma como os recursos públicos foram aplicados, conforme está previsto nos instrumentos orçamentários, tendo como objetivo propiciar que a população acompanhe a aplicação dos recursos públicos, responsabilizando aqueles que não cumprirem as normas (MARTINS e VÉSPOLI, 2013).

A Lei Complementar nº 101, vigorada em 04 de Maio de 2000, a LRF, escabele em seu artigo 1º normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Evangelista (2010) acrescenta que esta lei foi alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, com novos dispositivos acrescidos para determinar a publicidade das informações da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A LRF determinou em seus artigos 52 a 55, demonstrações contábeis específicas, que são o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de publicidade obrigatória no período de dois meses e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), de elaboração e publicidade no período de seis meses. Por meio da publicidade desses relatórios, pode ser identificada a transparência fiscal das ações do governo.

No art. 48 é evidenciada a transparência fiscal, informando que:

§ 1º São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Com a divulgação dos planos, orçamentos e diretrizes entende-se que a LRF foi elaborada para proporcionar mais transparência nas prestações de contas públicas.

Portanto, no que se refere à transparência, a lei descrita trouxe contribuição de modo a fortalecer o controle social e solidificar a cidadania (MENDES; OLEIRO; QUINTANA, 2008).

Já a Lei Complementar nº 131 relacionada à Lei de Transparência foi promulgada em 29 de Maio de 2009, com o intuito de trazer relevantes modificações na LRF, determinando que as informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem ser disponibilizadas em tempo real por meios eletrônicos.

No art. 1º da referida Lei (2009), que modificou o art. 48 da LRF (2000) passou a valer da seguinte maneira:

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Diante disto, Franco *et al.* (2012) ressalta que a lei aumentou a compreensão de transparência das demonstrações contábeis de publicidade impostas ao setor público. E Duarte *et al.* (2013) corrobora comentando que a referida lei também possibilita a população ter conhecimento dos gastos públicos, de forma a existir uma maior comunicação entre o cidadão e a prefeitura, estimulando a cidadania.

Outro dispositivo legal importante no âmbito da transparência pública é a Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527, que é a mais recente, entrou em vigor em 16 de Maio de 2012, porém foi sancionada em 18 de Novembro de 2011.

De acordo com a CGU (2012), foi criada com o objetivo de regularizar o direito dos cidadãos ao acesso às informações públicas no país, possibilitando que a sociedade atue nas ações governamentais, trazendo consequências significativas

como, por exemplo, diminuir a corrupção, respeito aos direitos fundamentais, melhoria na gestão pública, entre outros.

A asseguaração do direito fundamental de acesso a informação, conforme está no art. 3º da LAI deve ser executado conforme os princípios básicos da administração pública e as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

A referida Lei é mais uma maneira de determinar que os órgãos e entidades deixem sua forma de governo mais transparente. Apresentando um símbolo para a soberania popular, de modo a ser mais fácil identificar problemas ou falhas na gestão pública, assim a LAI oferece uma melhoria nos gastos públicos e consequentemente gestores que empregarão de maneira mais correta o dinheiro público (DUARTE *et al.*, 2013).

2.2.2 *Accountability* no Setor Público

Primeiramente, é importante ressaltar o significado do termo “*accountability*”, o qual é usualmente encontrado na Contabilidade Pública. Entretanto, há certa dificuldade na sua tradução. Campos (1990) destaca que o processo para encontrá-la é longo, foi iniciado em 1975 quando se ouviu pela primeira vez a palavra *accountability*. Pinho e Sacramento (2009) ressaltam que ainda não tem uma palavra específica que possa traduzi-lo para o português, encontram-se apenas “traduções” pela ótica de diversos autores. Dentre elas, evidenciam-se: o dever de prestar contas, transparência e eficiência por parte daqueles que são responsáveis pela realização da atividade financeira do Estado (ALBUQUERQUE, *et al.* 2007). Pode ser também definido contemplando duas partes “a primeira delega responsabilidade para que a segunda proceda à gestão dos recursos; ao mesmo

tempo, gera a obrigação daquele que administra os recursos de prestar contas de sua gestão, demonstrando o bom uso desses recursos” (AKUTSU e PINHO, 2007, p. 731).

Diante desses contextos, pode-se perceber que o termo *accountability* pode ser entendido e utilizado como prestação de contas. De modo que, a sociedade tenha interesse na forma como são aplicados os recursos públicos, os governantes precisam prestar conta de seus atos, cabendo aqui o conceito de *accountability* inserido no Setor Público. No referido contexto, a Constituição Federal, em seu art. 70 determina que toda pessoa seja ela física ou jurídica terá que prestar contas caso utilize, guarde, arrecade, gerencie ou administre dinheiros, valores públicos ou bens pelos quais a União responda, ou que em nome desta assuma obrigações de natureza monetária.

Raupp e Pinho (2011) ressaltam que a sociedade pode acompanhar as medidas tomadas pelos gestores públicos a partir da prestação de contas disponibilizadas através dos meios eletrônicos, onde são publicadas essas informações.

Pode-se então concluir, destacando a importância da transparência como meio de comunicação de forma que seja clara viável e adequada para facilitar o acesso de todos. Pois colocando em prática o termo *accountability* no controle social, pode haver um maior nível de confiança entre sociedade e Estado, melhorando a governança e como consequência disso maior benefícios para a sociedade (ALBUQUERQUE, et al. 2007).

2.2.3 Portais de Transparência

Muito vem se falando a respeito do acesso à informação, a qual estabelece um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, sendo essencial para o povo concretizar e solidificar a cidadania e isso não poderia ser feito sem o acesso à informação, por meio da publicidade e transparência (RODRIGUES, 2011).

Dessa forma, portais e sites eletrônicos passaram a ser desenvolvidos pelos governos de modo a juntar em um único meio informações governamentais e suas prestações de serviços. Entretanto, grande maioria desses portais não foi suficiente para garantir a transparência pública, pois geralmente as informações eram

fornecidas de forma separada e isolada, dificultando assim a compreensão (VIEIRA, 2014).

Nesse contexto, a CGU lançou em Novembro de 2004 o Portal da Transparência para garantir a correta e boa aplicação dos recursos públicos. Com o objetivo de a gestão pública ter maior transparência e o cidadão conseguir acompanhar e fiscalizar a utilização do dinheiro público (CGU, 2012).

Martins e Véspoli (2013) destacam que a partir da iniciativa da CGU, vários Estados e seus Municípios também criaram e adotaram seus Portais de Transparência. Sendo possível, através deles, descobrir irregularidades sobre a aplicação dos recursos públicos - superfaturamento de serviços é um exemplo delas.

Diante disso, Costa *et al.* (2015) reforça que os municípios com mais de 10.000 habitantes são obrigados a disponibilizar em sites oficiais o relatório de suas atividades.

2.3 Controle Social

A Constituição de 1988, com sua característica principal de garantir para o povo seus direitos de cidadania, estabeleceu a participação da população como referência no envolvimento para elaborar as políticas públicas. Desta forma, determinou em seu artigo 5º que os órgãos públicos devem fornecer suas informações, pois é direito de todos recebê-las, seja para interesse particular, coletivo ou geral.

Dentro desse contexto, Ferreira (2006) comenta que a partir dos meios estabelecidos pela Constituição, a sociedade passou a andar de forma mais segura em busca da solidificação de um regime igualitário de direitos, de modo a desenvolver uma sociedade que conhece e participa da política, como também viabilizou mecanismos para uma democracia direta e participativa, como por exemplo, o orçamento participativo. Que segundo o autor (2006) é um programa de planejamento em que a população é responsável por acompanhar, fiscalizar e definir como parte dos recursos públicos será aplicada, de forma a exigir que os agentes públicos tenham responsabilidade em relação aos recursos públicos.

Evangelista (2010) ressalta que por meio de um controle social ativo é possível garantir melhores serviços prestados pelo setor público, pois quando o Estado permite a fiscalização dos gastos públicos, o qual é seu dever, promove a

cidadania e a otimização de recursos. Diante disto, fica clara a crescente relevância do exercício do controle social, que pode ser compreendido como a participação popular no sentido de defender, fiscalizar e controlar direitos e interesses perante a administração pública (CGU, 2012).

Assim, podemos ver a necessidade da população em participar de forma efetiva na gestão pública, de modo a intervir na aplicação dos recursos públicos e assim conseguir resultados positivos para a sociedade, atendendo suas necessidades e melhorando a qualidade de vida. Destacando a importância do cidadão, Evangelista (2010) comenta que a população é quem está mais próximo dos resultados das ações e serviços que a União, Estados, DF e Municípios executam, pois a população é afetada direta ou indiretamente pelos benefícios ou prejuízos causados pelas políticas públicas.

Santos e Figueiredo (2014) explicam que quando a sociedade acompanha os recursos financeiros da gestão pública está exercendo um papel muito importante na identificação de fraudes, pois quando percebidas evita-se muitos danos, permitindo que o país continue em crescimento e o bem estar coletivo não seja afetado. Os autores (2014) citam ainda que os Conselhos de Política Pública, observatório social, orçamento participativo, audiência pública e ouvidoria são essenciais ferramentas de controle social no Brasil.

Diante desse contexto, destaca-se que a importância do exercício do controle social está vinculada em acompanhar os recursos públicos, tendo o cidadão direito de compreender e controlar a aplicação desses recursos, para isso, o conhecimento acerca dessas informações dispostas em mídias acessíveis, é uma forma indispensável para que haja o cumprimento da cidadania, num contexto local ou até nacional (MARENGO; DIEHL 2011).

2.4 Estudos Anteriores

Abaixo, segue uma relação de estudos anteriores sobre o tema, de modo a embasar a análise realizada no presente estudo, apresentando resultados obtidos em casos que envolvem o estudo dos portais de transparência pública e o controle social.

Quadro 1 – Estudos realizados anteriormente sobre a transparência e o controle social
(continua)

Autor (es)/Ano	Objetivo	Principais Resultados
Evangelista (2010)	Evidenciar a interação entre transparência e controle social, ou seja, se as informações disponibilizadas pelos órgãos e entidades governamentais permitem a instrumentalização do controle social e se o cidadão demonstra interesse e motivação em fazer uso dessas informações além de identificar possíveis barreiras ao exercício da cidadania	Os procedimentos que ditam o princípio da transparência necessitam de aprimoramentos, o linguajar governamental técnico ainda é restrito e acessível a poucos cidadãos e o controle social aliado ao processo de transparência pública proporciona contribuições inequívocas ao processo de democratização da informação e ao acesso a bens e serviços públicos demandados pelos cidadãos contribuintes, até então, antes da atual CF, alheios às políticas governamentais.
Marengo e Diehl (2011)	Averiguar como os cidadãos acompanham as prestações de contas no âmbito local, por intermédio de informações prestadas nos sites de municípios gaúchos.	O estudo revela que nos sites analisados, embora possuam links que se denominam “transparência”, as informações, quando divulgadas, ainda são de difícil entendimento.
Cruz <i>et al</i> (2012)	Verificar o nível de transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e quais características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem contribuir para explicar o nível de transparência observado.	As evidências empíricas apontaram para baixos níveis de transparência, considerados incompatíveis com o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios e que, no geral, existe associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação de informações acerca da gestão pública observados nos sites dos grandes municípios brasileiros.
Humenhuk, Linhares (2013)	Identificar quais as ferramentas de controle social que tem maior aceitação por parte da sociedade, ao passo que estas, serão sugeridas aos gestores públicos de São Lourenço do Oeste, SC	Extraíu-se que a população tem uma compreensão correta do que é o Controle Social. Atuar nas políticas públicas e no planejamento governamental é fundamental para que a sociedade possa “aferir o desempenho” do gestor público. Quanto aos portais de transparências de um lado falta interesse de, efetivamente, buscar a informação; de outro lado, as instituições precisam melhorar a disposição da informação e dos “links” para que as pessoas tenham maior facilidade em encontrar estas informações.

(conclusão)

Martins e Véspoli (2013)	Elucidar o Portal da Transparência do Governo Federal e como ele pode ser usado como ferramenta para a cidadania plena e o desenvolvimento de nosso país.	Os achados comprovaram que existe quase que uma unanimidade a respeito da importância do Portal da Transparência e suas implicações para o desenvolvimento e a cidadania.
Figueiredo e Santos (2014).	Analisar a transparência e a participação social na administração pública	A maioria da sociedade desconhece as ferramentas de participação social; mecanismos de aproximação do cidadão com o poder público, ainda não são totalmente conhecidos pela sociedade; O processo de conscientização da sociedade quanto à importância da população utilizar os instrumentos de participação é um processo de longo prazo. Diversas medidas precisam ser implantadas para atingir melhorias neste cenário.
Hosser, C. <i>et al.</i> (2015).	Analisar os Portais de Transparência dos Municípios gaúchos de Pelotas e Porto Alegre, com o intuito de observar o conteúdo disponibilizado nos portais de transparência de tais municípios.	Os achados indicam que há muitas oportunidades de melhoria nos Portais de Transparência de ambos os municípios selecionados para estudo.
Bartoluzzio, Anjos e Silva (2016).	Analisar as características dos municípios pernambucanos frente ao nível de transparência das informações sobre a gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos, assim como suas características e indicadores socioeconômicos.	Os municípios pesquisados ainda precisam melhorar o nível de transparência de suas informações para possibilitar a participação dos cidadãos nas ações do governo, tornando efetivo o exercício do controle social.

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Como foi visto de acordo com o quadro 1, muitos estudos sobre o controle social foram associados aos portais de transparência e é um assunto significativamente explorado pelos pesquisadores, porém, dentre os que foram analisados, não tiveram como foco o ponto de vista dos estudantes, podendo então ser um ponto a ser mais explorado dentre as pesquisas futuras.

3 METODOLOGIA

A metodologia descreve quais serão as ferramentas utilizadas para a elaboração do trabalho, informando os métodos utilizados para a coleta de dados e estabelece a população que fornecerá a amostra sobre a importância dos portais de transparência no controle social pela percepção dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

3.1 Tipologia de Pesquisa

O presente trabalho tem uma abordagem predominantemente qualitativa, com dados quantitativos, pois, conforme Gil (2002) a pesquisa qualitativa é analisada de forma subjetiva e a quantitativa os dados podem ser quantificados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter descritivo, ou seja, estabelece relações entre variáveis (GIL, 2002). Neste caso, a forma como os portais de transparência auxiliam no controle social pela percepção dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, pela coleta de dados feita por meio de questionários.

Quanto ao procedimento técnico utilizado na pesquisa, pode classificá-la como de levantamento, pois, ainda conforme Gil (2002) caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, no caso da pesquisa como os portais de transparência auxiliam o controle social.

3.2 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa teve como finalidade analisar a percepção dos discentes do curso de contabilidade do Campus I da UFPB sobre os portais de transparência e o controle social.

Diante disto, como instrumento de coleta de dados foi utilizado questionário, estruturado por perguntas de múltipla escolha, como também afirmativas sendo analisadas utilizando a escala Likert, que segundo Gil (2002) permite avaliar o nível de concordância para uma determinada questão, variando de uma resposta mais positiva para uma menos negativa e também perguntas abertas.

O questionário foi dividido em duas seções, na 1ª foram feitas perguntas sobre as características pessoais dos respondentes e na 2ª seção foram abordadas questões sobre o controle social e a transparência pública.

No que se refere à coleta de dados, foi aplicado o questionário, de forma impressa aos estudantes de Ciências Contábeis, a partir do 1º período até o último (8º e 10º períodos), nos turnos manhã e noite, que se encontraram nas áreas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) onde foi realizada a pesquisa.

Os questionários respondidos foram separados por período, depois foram analisadas as quantidades de respostas de cada questão. Os dados coletados foram tabulados em planilhas que deram origem a tabelas com a interpretação e análise dos dados.

3.3 População e Amostra

Para a presente pesquisa foi adotada a população dos 791 estudantes matriculados no curso de Ciências Contábeis no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, onde foram tiradas amostras para melhor esclarecer a análise e interpretação dos dados. Os dados foram coletados com os alunos nos turnos diurno e noturno.

A amostra foi representada pela quantidade de 321 questionários respondidos, ou seja, 321 alunos participaram da pesquisa, sendo 167 pela manhã e 154 à noite, pois estes se encontravam nas respectivas salas em que foram aplicados os questionários.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Através da apresentação dos resultados demonstra-se a capacidade de chegar aos objetivos propostos pela pesquisa.

Os dados coletados foram inicialmente analisados através de planilhas elaboradoras no Excel.

A população da análise descritiva totaliza 791 alunos ativos, matriculados no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, pertencentes ao CCSA, informação essa disponibilizada pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), a presente pesquisa obteve um total de 40,58% respondentes, ou seja, 321 questionários respondidos.

4.1 Perfil dos respondentes

Na primeira parte do questionário foi analisado o perfil dos respondentes, sendo o sexo, a idade e o período e o turno. A Tabela 1 apresenta o detalhamento das respostas obtidas.

Tabela 1: Perfil dos respondentes

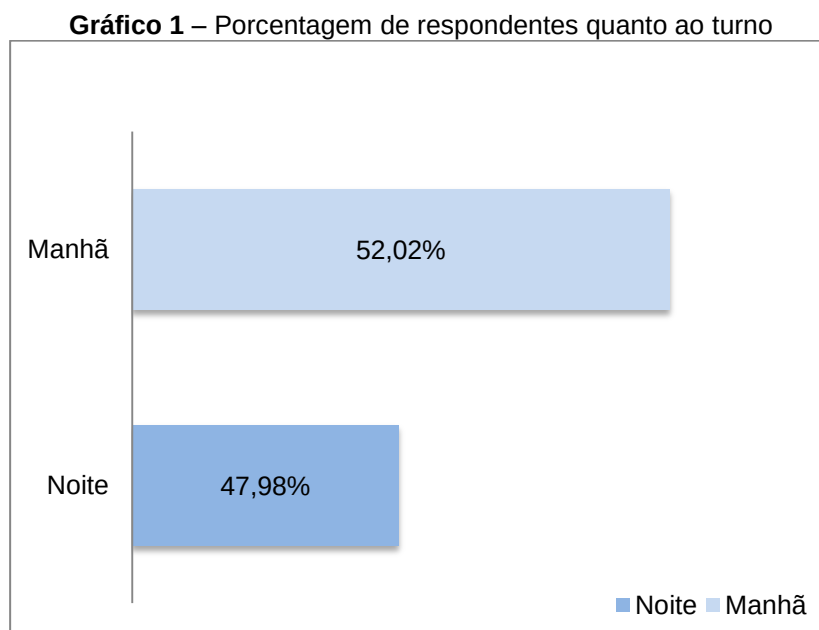
Período	Sexo		Total (%)	Idade				Total (%)
	F (%)	M (%)		Até 18 anos (%)	Entre 19 e 25 anos (%)	Entre 26 e 30 anos (%)	Acima de 31 anos (%)	
1°	7,17	6,54	13,71	3,43	6,85	1,56	1,87	13,71
2°	6,54	7,16	13,70	0,31	8,41	3,74	1,25	13,71
3°	3,74	2,80	6,54	1,56	4,36	0,62	0	6,54
4°	6,23	5,61	11,84	0	10,59	0,62	0,62	11,83
5°	4,67	6,23	10,90	0	6,85	2,49	1,56	10,90
6°	6,23	4,36	10,59	0	7,79	1,87	0,93	10,59
7°	5,30	3,43	8,73	0	7,79	0,62	0,31	8,73
8°	4,98	7,17	12,15	0	8,72	1,56	1,87	12,15
9°	4,05	2,81	6,86	0	2,49	2,80	1,56	6,85
10°	2,80	2,18	5	0	1,56	1,87	1,56	5
Total	51,71	48,29	100	5,30	65,42	17,76	11,52	100

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Conforme pode ser observado na Tabela 1, 51,71% correspondem ao sexo feminino e 48,29% ao sexo masculino, no que diz respeito à idade, a maioria dos alunos apresentam a idade entre 19 e 25 anos, correspondendo a 65,42%, o que se

pode observar que o ingresso na universidade ainda acontece na fase mais jovem do aluno, estando à maioria (13,71%) no 1º e 2º período.

O Gráfico 1 mostra a quantidade de alunos respondentes de acordo com o turno em que estão cursando.



Fonte: Elaboração Própria (2016)

4.2 Resultados encontrados sobre controle social e transparência pública

Na segunda parte do questionário foram abordadas questões sobre o controle social e a transparência pública.

A Tabela 2 traz o detalhamento das respostas obtidas através das indagações feitas aos alunos por meio do questionário, sobre o significado do termo controle social, visando responderem uma dentre três alternativas: 1) Sim; 2) Já ouvi falar e a 3) Não. Assim como se eles se consideram participativos no controle social e se conhecem o portal de transparência.

Tabela 2: Percepção sobre o controle social e o portal de transparência

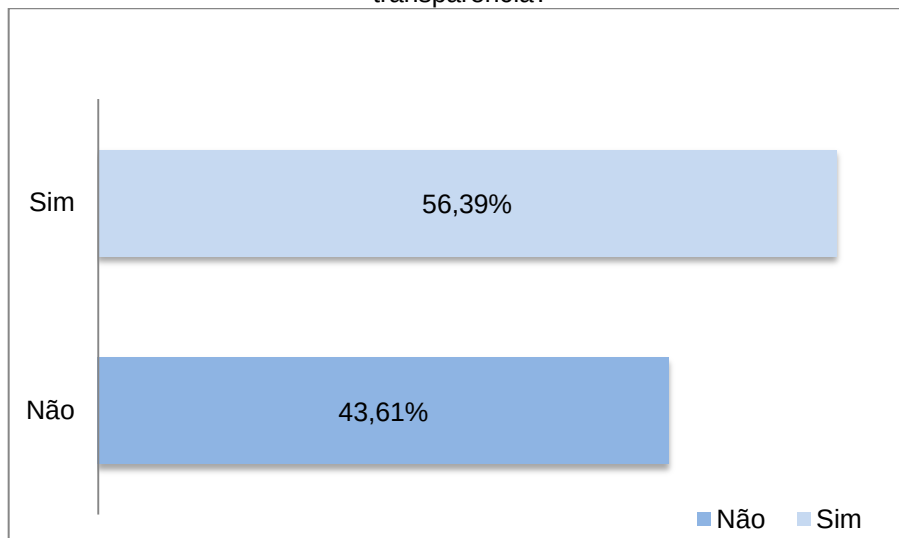
Período	Você sabe o que significa o termo controle social?			Você se considera participativo no controle social?		Você conhece o portal de transparência?	
	SIM (%)	JÁ OUVI FALAR (%)	NÃO (%)	SIM (%)	NÃO (%)	SIM (%)	NÃO (%)
1°	3,12	6,85	3,74	1,56	12,15	9,03	4,67
2°	3,12	6,13	4,98	2,80	10,90	9,35	4,36
3°	0,31	4,88	1,25	0,93	5,62	4,98	1,56
4°	2,49	7,32	1,87	2,18	9,66	9,03	2,80
5°	3,12	5,61	2,18	0,93	9,97	8,10	2,80
6°	2,80	2,80	4,98	0,62	9,97	8,10	2,49
7°	2,18	4,00	2,49	1,25	7,48	7,48	1,25
8°	4,05	6,80	1,25	1,56	10,59	9,66	2,49
9°	1,87	4,30	0,62	0,93	5,92	6,23	0,62
10°	0,93	2,40	1,56	0,62	4,36	3,43	1,56
Total	23,99	51,09	24,92	13,40	86,60	75,39	24,61

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Observando os dados apresentados, pode-se perceber que independente do período, boa parte dos estudantes ao menos já ouviram falar em controle social, totalizando 51,09% da amostra. Porém, a maioria respondeu que não se considera participativo no controle social (86,60%), estando esse maior percentual concentrado nos primeiros períodos do curso. E com relação ao conhecimento a respeito do portal de transparência, 75,39% disseram que conhecem, ou seja, a maioria dos respondentes.

Relacionado ao conhecimento sobre o portal de transparência, foi perguntado se o curso de ciências contábeis auxilia nessa compreensão. O Gráfico 2 mostra a porcentagem do total.

Gráfico 2 – O curso de Ciências Contábeis ajuda na compreensão sobre o portal de transparência?



Fonte: Elaboração Própria (2016)

De acordo com o gráfico, 56,39% dos alunos responderam que o curso ajuda sim e 43,61% disseram que o curso não ajuda na compreensão sobre o portal de transparência, visto essa possibilidade foi indagado de maneira aberta de que forma o curso auxilia no entendimento acerca do portal de transparência, a maioria das respostas, o que equivale a 5,61%, disseram que durante o curso é comum escutarem em sala de aula a respeito do portal de transparência e também por meio de palestras oferecidas na universidade. Outros 6,85%, também associaram essa ajuda por parte do curso através das disciplinas vistas no decorrer da grade curricular, em especial a disciplina contabilidade pública, onde por meiodela é bastante comentado a respeito dos gastos da administração pública e são incentivados a estarem por dentro desses gastos fazendo uso dessa ferramenta.

Além do conhecimento por meio do curso foi questionado quais outros meios, possivelmente, eles tomaram conhecimento sobre transparência e o controle social. Visando à escolha de uma das quatro alternativas, quais sejam: A- Por meio do curso, totalizando 25,73%; B- Internet, totalizando 36,76%; C- Jornal, totalizando 10,34% e D- Notícias, totalizando 27,17%.

No que diz respeito ao questionamento sobre a finalidade do controle social, foram apresentadas quatro alternativas para ser escolhida uma, as quais foram: A: População acompanhar e controlar direitos e interesses perante a administração pública; B: Administrar os gastos pessoais da população; C: Buscar uma política de gastos financeiros do governo.

A Tabela 3 mostra os resultados obtidos sobre a finalidade do controle social.

Tabela 3: Percepção dos alunos sobre a finalidade do controle social

Período	Para você qual a finalidade do controle social?		
	A (%)	B (%)	C (%)
1°	10,59	1,28	1,87
2°	12,15	0,62	0,93
3°	6,23	0,31	0
4°	8,09	2,49	1,25
5°	8,72	0,62	1,56
6°	8,10	1,25	1,25
7°	7,17	0,62	0,93
8°	11,21	0,62	0,31
9°	5,61	0,31	0,93
10°	3,74	0,62	0,62
Total	81,60	8,74	9,65

Nota: A: População acompanhar e controlar direitos e interesses perante a administração pública; B: Administrar os gastos pessoais da população; C: Buscar uma política de gastos financeiros do governo.

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Conforme apresentado na Tabela 3, a maioria dos alunos, 81,60% respondeu a alternativa A, considerada a resposta mais aplicável, dentre as alternativas propostas, se mostraram assim entendedores da finalidade do controle social.

A seguir, a Tabela 4 demonstra o conjunto de respostas dos alunos sobre seu entendimento a respeito de como pode contribuir para o controle social.

Tabela 4: Percepção dos alunos sobre a forma de exercer o controle social

Período	De que forma você acha possível exercer o controle social?		
	A (%)	B (%)	C (%)
1°	2,18	10,59	0,93
2°	0,93	12,77	0
3°	1,87	4,36	0,31
4°	2,18	9,04	0,62
5°	1,56	8,10	1,25
6°	2,49	7,17	0,93
7°	1,56	6,85	0,31
8°	2,49	9,35	0,31
9°	1,25	5,30	0,31
10°	1,56	3,43	0
Total	18,07	78,96	4,97

Nota: A: Participando de votações políticas; B: Fiscalizando os gastos públicos para poder intervir; C: Não vejo possibilidade para isso.

Fonte: Elaboração Própria (2016).

No que tange o questionamento a respeito da forma de como contribuir para o controle social, 78,96% dos alunos responderam a alternativa B (fiscalizando os gastos públicos para poder intervir), sendo esta a alternativa mais acertiva.

No que diz respeito ao portal de transparência foi feita a questão que indaga a opinião dos alunos a respeito do objetivo do portal de transparência, sendo apresentadas quatro alternativas para que pudesse escolher uma, as quais eram: A: Informar quanto os administradores públicos recebem; B: Penalizar atos de corrupção; C: Aumentar a transparência das contas públicas; D: Outros (qual?).

A Tabela 5 traz o detalhamento das respostas acerca do objetivo do portal de transparência na percepção dos discentes.

Tabela 5: Opinião dos alunos sobre o objetivo do portal de transparência

Período	Qual o objetivo do portal de transparência?			
	A	B	C	D
1º	1,25	0	12,15	0,31
2º	0,62	0,31	12,15	0,63
3º	1,25	0	5,30	0
4º	1,87	0	8,72	1,25
5º	0,31	0	10,59	0
6º	0,31	0,31	9,66	0,31
7º	0,62	0	7,79	0,31
8º	1,25	0	10,90	0
9º	0,31	0	6,54	0
10º	0	0	4,98	0
Total	7,79	0,62	88,78	2,81

Nota: A: Informar quanto os administradores públicos recebem; B: Penalizar atos de corrupção; C: Aumentar a transparência das contas publicas; D: Outros (qual?).

Fonte: Elaboração Própria (2016)

A partir dos dados apresentados na Tabela 5 sobre o objetivo do portal de transparência percebe-se que a maioria dos alunos são conhecedores do objetivo dos portais, 88,78%, respondeu alternativa B considerada a mais coesa.

Os participantes que marcaram alternativa D não apresentaram resposta para a escolha desta alternativa.

Diante disto, os portais de transparência estão dentro do meio social, com um grande número de pessoas que além de conhecerem sabem exatamente sua finalidade.

Visto isso, foi feita a indagação a respeito do uso das informações disponibilizadas nos portais, com as alternativas apresentadas da seguinte maneira: A- Frequentemente; B- Raramente; C- Quase nunca e D- Nunca. As respostas estão detalhadas a seguir na Tabela 6.

Tabela 6: Utilidade das informações para os estudantes

Período	Você faz uso das informações disponibilizadas nos portais de transparência?			
	A (%)	B (%)	C (%)	D (%)
1º	0,93	4,05	3,43	5,30
2º	0,93	5,30	2,18	5,30
3º	0	2,80	2,80	0,93
4º	0,93	4,05	2,80	4,05
5º	0,62	4,98	1,56	3,74
6º	0,62	3,12	3,74	3,12
7º	2,49	2,49	2,49	1,25
8º	1,56	4,05	3,43	3,12
9º	0	2,49	3,12	1,25
10º	0,62	1,87	0,93	1,56
Total	8,70	35,20	26,48	29,62

Nota: A: Frequentemente; B: Raramente; C: Quase nunca; D: Nunca

Fonte: Elaboração Própria (2016)

A partir dos dados apresentados percebe-se que do total de respondentes, 35,20% raramente fazem uso dessas informações, outra porcentagem considerável é que 29,62% dos respondentes nunca fizeram uso das informações dos portais. Mostrando que, embora muitos tenham respondido, anteriormente, que conhecem e sabem seu objetivo, não utilizam essas informações.

Foi questionado se na percepção dos discentes se existe alguma informação que deveria ter no portal, mas não é disponibilizada. Obtiveram-se poucos respondentes neste quesito, dentre as respostas, disseram que não têm conhecimento de quais informações poderiam ter, mas relataram que seria importante se essa ferramenta fosse mais divulgada para todos.

Ainda sobre a transparência, foram questionados quanto a importância da prestação de contas por parte do governo para a população, se as informações atendem ao interesse da população e se os portais de transparência auxiliam no controle social. As alternativas foram apresentadas de acordo com a escala Likert, tendo as seguintes opções: CT: Concordo Totalmente; C: Concordo; NC/ND: Nem concordo nem discordo; D: Discordo; DT: Discordo totalmente.

A Tabela 7 demonstra a percepção dos alunos a respeito dos questionamentos feitos.

Tabela 7: Questões sobre transparência

Perguntas		CT (%)	C (%)	NC/ND (%)	D (%)	DT (%)
Considero importante a prestação de contas para a população por parte do governo.	1°	9,35	3,74	0,62	0	0
	2°	11,21	2,18	0,31	0	0
	3°	5,61	0,93	0	0	0
	4°	9,03	2,39	0	0	0,31
	5°	8,72	1,87	0	0,31	0
	6°	7,69	2,49	0	0,31	0
	7°	7,48	1,25	0	0	0
	8°	9,35	2,18	0,31	0,31	0,31
	9°	5,83	0,93	0	0	0
	10°	4,36	0,62	0	0	0
Total		78,63	18,58	1,24	0,93	0,62
No que diz respeito às informações contábeis disponibilizadas nos portais de transparência são de fácil entendimento atendendo ao interesse da população.	1°	0,31	4,05	7,48	1,56	0,31
	2°	0	5,30	7,17	1,25	0
	3°	0	2,80	2,80	0,93	0
	4°	0	2,80	7,17	1,87	0
	5°	0	1,87	4,67	3,43	0,93
	6°	0,31	2,80	6,23	0,62	0,62
	7°	0,62	1,56	2,18	3,11	1,25
	8°	0,31	5,30	3,74	2,49	0,31
	9°	0	1,56	1,87	2,49	0,93
	10°	0	1,25	1,56	1,56	0,62
Total		1,55	29,29	44,87	19,31	4,98
Os portais de transparência auxiliam no controle social.	1°	0,93	8,41	4,36	0	0
	2°	1,87	9,03	2,49	0	0,31
	3°	1,56	2,80	2,18	0	0
	4°	2,18	6,10	2,80	0,31	0,31
	5°	2,49	4,05	3,74	0,62	0
	6°	2,49	5,30	2,49	0,31	0
	7°	1,87	4,36	1,87	0,62	0
	8°	2,18	7,75	1,56	0,21	0,31
	9°	0,93	4,36	1,25	0,31	0
	10°	0,93	3,43	0,62	0,31	0
Total		17,43	55,59	23,36	2,69	0,93

Nota: CT: Concordo totalmente; C: Concordo; NC/ND: Nem concordo, nem discordo; D: Discordo; DT: Discordo Totalmente.

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Com relação a importância da prestação de contas por parte do governo para a população, 78,63% dos participantes disseram concordar totalmente, 18,58% concordam, 1,24% nem concordam nem discordam, 0,93% discordam e 0,62% discordam totalmente. Podendo perceber que a maioria considera importante que os administradores públicos informem a maneira que os recursos públicos estão sendo investidos e para onde vai o dinheiro que deveria atender as necessidades da

população. Apesar de considerarem importante essa prestação de contas, a questão seguinte mostra que 44,87% disseram que nem concordam nem discordam que as informações disponibilizadas são de fácil entendimento atendendo ao interesse da população. Quando foi questionado sobre quais informações poderiam ser disponibilizadas nos portais, mencionaram que as informações já existentes deveriam ter maior facilidade de acesso e de uma forma mais objetiva. Nesse contexto, no que se refere aos portais de transparência auxiliar no controle social, 55,93% dos respondentes disseram concordar, ou seja, mais da metade dos respondentes entendem os portais como uma forma de divulgar informações para a população onde através delas podem intervir de maneira direta. E também pode-se perceber a legitimidade dos portais, pois apesar de alguns não conhecerem, concordam que eles auxiliam no controle social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba sobre os portais de transparência e o controle social.

Foi feito o questionamento a partir da utilização de um questionário respondido pelos alunos, contando com uma amostra de 321 respondentes, para avaliar o conhecimento acerca do portal de transparência, se fazem uso das informações disponibilizadas nos portais e se essas informações são importantes para exercer o controle social.

No que se refere ao objetivo do controle social, a partir dos dados obtidos, 81,60% dos participantes mostraram que sabe sua finalidade, onde maioria respondeu a alternativa que diz respeito a população acompanhar e controlar direitos e deveres perante a administração pública. Mostrando assim um resultado positivo, pois mostram a possibilidade de participar de forma mais efetiva na gestão pública.

Os principais resultados demonstraram também que uma quantidade significativa já ouviu falar do portal de transparência, totalizando 75,39% dos respondentes. E quanto ao seu objetivo, 88,78% se mostraram entendedores da exata finalidade do portal de transparência, respondendo a alternativa que se refere a aumentar a transparência das contas públicas.

Porém, apesar de terem conhecimento acerca do portal de transparência e da finalidade do controle social, como também estarem no curso que proporciona ter acesso a esses termos, serem incentivados a estarem por dentro dos gastos públicos, principalmente em disciplinas mais específicas como contabilidade pública, poucos participam e se interessam em fazer uso das informações fornecidas pelos portais, apenas 35,60% responderam fazer uso das informações disponibilizadas e a maioria não se considera participativo no controle social, 86,60% dos participantes.

Sugere-se para futuras pesquisas, analisar a participação no controle social tendo como base o portal de transparência, fazendo um comparativo entre as instituições de ensino superior ou também um comparativo com alunos de cursos afins, como Administração e Economia ou até com outra parte da sociedade, tendo em vista que esse estudo limitou-se a pesquisar apenas discentes e de apenas um

curso, considerando que a opinião de pessoas com menor nível de escolaridade é importante.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João H. M. et al. Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a accountability e a relação Estado-sociedade. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007. p. 26-39.

AKUTSU, Luiz; PINHO, José AG. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. Rio De Janeiro. **Rap. Set./Out**, 2002

ARAÚJO, João Gabriel Nascimento de. LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. MIRANDA, Luiz Carlos. Um estudo sobre as evidenciações contábeis dos governos dos estados do nordeste brasileiro sob a ótica da teoria da legitimidade e dos custos políticos. In: CONGRESSO ANPCON, 8, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPCONT, 2014. Disponível em: <http://congressos.anpcont.org.br/congressosantigos/viii/images/17_39c94.pdf?20150429114417> Acesso em: 22 ago. 2016.

BARTOLUZZIO, AlannInaldo Silva de Sá; SILVA, Luana Chaves da; ANJOS, Luiz Carlos Marques dos. Análise da Influência da Competição Política e de Indicadores Socioeconômicos no Nível de Transparência dos Municípios Pernambucanos. In: **Congresso UFPE de Ciências Contábeis**. 2016.

BEUREN, Ilse Maria; SOTHE, Ari. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organização**. São Paulo, v. 3, n. 5, p. 98-120, jan./abr.2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. 1988. Disponível em: Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 101, de 4 de Maio de 2000**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>, Acesso em: ago.2016.

CAMPOS, Anna Maria. ACCOUNTABILITY: QUANDO PODEREMOS TRADUZIR-LA PARA O PORTUGUÊS? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.30-50, fev./abr. 1990. Disponível em: <<https://accountabilityadmpublica.wikispaces.com/file/view/Accountability-Quandopoderemostraduzi-laparoportuguêsAnnaMariaCampos.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

COSTA, J. M. da. Et al. A Informação Pública no Brasil: uma Análise da Transparência Pública nos Portais das Prefeituras da Paraíba no ano de 2014. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 6, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ADCONT, 2015, p.1-17. Disponível em: <<http://www.adcont.net/index.php/adcont/adcont2015/paper/viewFile/1773/442>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v.46, n.1, p.153-176, jan./fev. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7080/5635>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

DE LA CASA, José María Herranzet al. La gestión de la comunicación como elemento generador de transparência em las organizaciones no lucrativas. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 57, p. 5-31, 2007.

DIAS FILHO, José Maria. Políticas de evidenciación contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A3301.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2016.

DUARTE, E. S. et al. Lei da transparência (lc nº 131/2009) - e as mudanças ocorridas com a implementação da lei 12.527/2011 – (a lei de acesso informação): uma pesquisa exploratória sobre a aplicabilidade da lei nos municípios baianos. Bahia, 2013. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/903/20140425162955.pdf> . Acesso em: 19 ago. 2016.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle Social versus Transparência Pública: uma questão de cidadania**. Brasília. TCU, 2010.

FERREIRA, Dimas Enéas Soares. **Experiências Recentes de Controle Social Sobre o Processo de Orçamentação Pública Municipal no Brasil**. Brasília: ESAF, 2006.

FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 6, n. 1, p.73-88, Jan./Abr., 2014.

FRANCO, Luciane Maria Gonçalves et al. Transparência na divulgação da contabilidade pública municipal paranaense no ambiente da internet. **Anais... XXXVI Enanpad**, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOSSER, Carla et al. **Portal da transparência: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE E PELOTAS**. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/issue/view/2342>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

KAPLAN, Steven E.; RULAND, Robert G. Positive theory, rationality and accounting regulation. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 2, n. 4, p. 361-374, 1991.

LINHARES, João Eduardo; HUMENHUK, Hewerstton. Ferramentas de Controle Social da Administração Pública: o que a sociedade espera da informação pública?, 2013. Disponível em: <http://www.cge.pr.gov.br/arquivos/File/Transparencia_e_Acesso_a_Informacao/FerramentasdeControle.pdf> Acesso em: 10 ago. 2016.

MENDES, R. da C. ; OLEIRO, W. N. ; QUINTANA, Alexandre Costa . A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção. Sinergia (FURG) , v. 12(2), p. 37-48, 2008.

MARENGO, S. T & DIEHL, C. A. (2011) A possibilidade de controle social mediante o acesso a informações em sites dos municípios gaúchos. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 14, n. 3, p. 120-133

MARTINS, Pablo Luiz; VÉSPOLIS, Bianca de Souza. O Portal da Transparência como Ferramenta para a Cidadania e o Desenvolvimento. **Rev. Adm. Pública**. Vol6, Jan./Jul., 2013.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.43, n.6, p.1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antônio Gomes de. Prestação de contas por meio de portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina antes e após a lei de transparência. **Revista de Contabilidade**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.81-98, set./dez. 2011.

RODRIGUES, S.L. (2011). **Mídia, Informação e Transparência construindo a Cidadania Contra a Corrupção no Maranhão**. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho da II Conferência Sul-Americana e VII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

VIEIRA, Vânia Lúcia Ribeiro. **Experiência: Portal da Transparência**. Disponível em:<<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/249/Portal%20da%20Transpar%C3%Aancia.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 Set. 2016.

APÊNDICE

Apêndice A: Questionário aplicado aos discentes do curso de Ciências Contábeis.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Você está convidado (a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa **“Análise da percepção dos discentes de uma instituição de ensino superior sobre os portais de transparência e o controle social”**, sob responsabilidade da pesquisadora Gêssica Maria Marinho da Silva, aluna do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba. Todas as informações serão tratadas em sigilo e utilizadas apenas para obter os resultados da pesquisa.

Agradeço, desde já, pela sua atenção e importante colaboração.

QUESTIONÁRIO

Perfil dos Respondentes

1- Sexo

() Feminino

() Masculino

2- Faixa de Idade

() Até 18 anos

() Entre 19 e 25 anos

() Entre 26 e 30 anos

() Acima de 31 anos

3- Qual período está cursando? _____

4- Em qual turno?

() Matutino

() Noturno

Questões sobre o Controle Social e a Transparência Pública

1- Você sabe o que significa o termo “Controle Social”?

() Sim

() Já ouvi falar

() Não

2- Para você qual a finalidade do controle social?

() População acompanhar e controlar direitos e interesses perante a administração pública

() Administrar os gastos pessoais da população

() Buscar uma política de gastos financeiros do governo

3- De que forma você acha possível exercer o controle social?

() Participando de votações políticas

() Fiscalizando os gastos públicos para poder intervir

() Não vejo possibilidade para isso

4- Considero importante a prestação de contas para a população por parte do governo.

() Discordo totalmente

() Discordo

() Nem concordo nem discordo

() Concordo

() Concordo Totalmente

5- Você se considera participativo no controle social?

() Sim

() Não

6- Você conhece o portal de transparência?

() Sim

() Não

7- O curso de ciências contábeis ajuda na compreensão sobre o portal de transparência?

() Sim

() Não

8- Se você respondeu **sim** na questão anterior, de que forma você acha que o curso auxilia nesta compreensão?

9- Qual o objetivo do portal de transparência?

() Informar quanto os administradores públicos recebem.

() Penalizar atos de corrupção

() Aumentar a transparência das contas públicas

() Outros (Qual?) _____

10- De que forma você tomou conhecimento dos termos “controle social” e “transparência”?

() Por meio do curso de contabilidade

() Internet

() Jornal

() Notícias

11- Você faz uso das informações disponibilizadas nos portais de transparência?

- ☐ Frequentemente
- ☐ Raramente
- ☐ Quase Nunca
- ☐ Nunca

12- No que diz respeito as informações contábeis disponibilizadas nos portais de transparência são de fácil entendimento atendendo ao interesse da população?

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Nem concordo nem discordo
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

13- Os portais de transparência auxiliam no controle social.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo
- ☐ Nem concordo nem discordo
- ☐ Discordo
- ☐ Discordo totalmente

14- Na sua percepção existe alguma informação necessária que deveria ter no portal de transparência, mas ainda não é disponibilizada? Qual (is)?



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



Estes formulários devem estar contido na versão final escaneados no CD

FORMULÁRIO VIII

AUTORIZAÇÃO DO AUTOR PARA A PUBLICAÇÃO DO TRABALHO

Autorizo a Comissão de TCC do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB a publicar o Trabalho de Conclusão de Curso de minha autoria, intitulado:

Análise da percepção dos discentes de uma instituição de ensino superior sobre os portais de transparência e o controle social.

na página e/ou revista institucional após as modificações que se fizerem necessárias para tal fim.

Ressalvo que esta autorização não se estende à divulgação de dados considerados confidenciais pela (s) empresa (s) ou instituição(ões) em que a coleta de dados foi realizada.

João Pessoa, 22 de Novembro de 2016.

Assinatura do aluno

Nome: Géssica Maria Marinho da Silva

Endereço: Rua Celso Faria, 819, Jaguaribe

Telefone(s): 98893-0991



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



FORMULÁRIO X

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Análise da percepção dos discentes de uma instituição de ensino superior sobre os portais de transparência e o controle social.

estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

João Pessoa, 22 de Novembro de 2016.

Autor(a): Geisica Maria Marinho da Silva

Assinatura